



» Entrevista | HENRIQUE MEIRELLES | EX-SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SP

Ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central avalia que a política fiscal do atual governo está deteriorada, mas vê saída para o Brasil se houver compromisso, de fato, do próximo presidente com o teto de gastos e com as reformas

“Reeleição de Bolsonaro será um desastre para o país”

» ROSANA HESSEL
» VICENTE NUNES

As mudanças feitas no teto de gastos, no fim do ano passado, minaram a credibilidade da política fiscal do atual governo, de acordo com Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Fazenda e do Planejamento do estado de São Paulo, hoje coordenador do programa econômico do pré-candidato João Doria (PSDB), ex-governador paulista.

“Não desestruturou o teto. Desestruturou a política fiscal”, afirma Meirelles, que liderou a equipe responsável pela elaboração da emenda constitucional que criou a regra, em 2016, ao ser questionado sobre a antecipação da modificação orquestrada pelo governo e aliados no cálculo no teto. A alteração deveria ocorrer apenas em 2026, e, combinada com a pedalada dos precatórios previstos neste ano, abriu mais de R\$ 100 bilhões de espaço para gastos em ano eleitoral.

Para ele, a política fiscal foi desmoralizada e a inflação está mascarando a realidade, apesar de a equipe econômica e o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, insistirem no discurso de que o governo não abandonou o caminho da consolidação fiscal. “O teto de gastos continua com a mesma força e, agora, evidentemente, a política fiscal precisa respeitar o limite de gastos. Isso é fundamental”, afirma. Ele ressalta que a atual política fiscal é “expansionista” e o Banco Central está sozinho no combate à inflação. Por isso, a carestia persiste afetando o bolso da população.

Meirelles compara a situação atual à de 2015, quando a inflação elevada ajudou a colocar o país em recessão. No entender dele, a situação agora é “similar”. “Naquela época, a incerteza foi de tal magnitude que levou a uma recessão. Agora, estamos, simplesmente, em uma estagflação: crescimento muito baixo e inflação elevada”, destaca.

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda, será um desastre para o país ter mais quatro anos de governo Bolsonaro. “O país iria sofrer muito, caso ocorresse isso. Seria um desastre. E o problema é que a história nos diz que tudo que está ruim tem espaço para piorar mais”, diz. “Nós temos que evitar que isso aconteça, sem dúvida”, complementa.

Segundo Meirelles, o Brasil, sim, tem jeito. Como exemplo, cita a gestão dele à frente do BC, do Ministério da Fazenda, e, recentemente, no estado de São Paulo, que é responsável por mais de um terço dos empregos criados no país. “Acredito, sim, que o Brasil pode voltar a crescer e pode voltar a crescer de forma robusta”, afirma.

O ex-candidato à Presidência em 2018 pelo MDB e atualmente filiado ao PSD acha que ainda há espaço para uma terceira via e a tendência, segundo ele, é de mudança do atual cenário polarizado, quando a campanha se intensificar e as eleições se aproximarem. “As pessoas estão preocupadas com a inflação, estão preocupadas com o emprego, estão preocupadas em comprar, em se alimentar e em conseguir sustentar o consumo de suas casas e das suas famílias. O foco na eleição, hoje, está muito baixo”, frisa.

A seguir, a entrevista de Meirelles concedida ao Correio:

O teto de gastos foi adotado na sua gestão à frente do Ministério da Fazenda, em 2016. Hoje, há uma discussão grande, com vários candidatos dizendo que, se eleitos, não vão manter o limite para despesas. O atual governo já mudou muito essa regra. Como o senhor vê essa questão? É possível o Brasil, hoje, conviver sem o teto de gastos?

Não. Acho que, hoje, o teto é tão importante como era antes, quando fizemos, porque, devido às incertezas fiscais, inclusive, incertezas em relação ao cumprimento do teto e ao compromisso com ele estão levando a todos esses efeitos do mercado, às subidas de preço do dólar, que ainda está em patamar elevado. E tudo isso está causando essa inflação que temos hoje no país. É uma situação similar, talvez, na mesma agudeza que tínhamos em 2015. Naquela época, a incerteza foi de tal magnitude que levou a uma recessão. Agora, estamos, simplesmente, em uma estagflação: crescimento muito baixo e inflação elevada. Em uma situação como essa, o que é preciso é restaurar a confiança na política fiscal, na sustentabilidade fiscal do país a médio e longo prazos. E, para isso, é necessário restaurar completamente a credibilidade do teto de gastos. Não é uma opção. De fato, é uma atitude firme e é exatamente o contrário do que os candidatos (à Presidência da República) estão propondo. É preciso anunciar um compromisso firme com o teto de gastos. E, a partir daí, sim, eu acredito que poderemos ter uma restauração do nível de confiança, uma queda de indicadores importantes, inclusive, do valor do dólar frente ao real, e uma confiança de que a inflação

vai ser controlada. E, com tudo isso, teremos condições de restaurar o crescimento do país. Em resumo: temos que fazer exatamente uma restauração da credibilidade, da confiança do teto de gastos. Esse é o caminho.

Esses mesmos candidatos alegam que é possível adotar um outro instrumento fiscal para substituir o teto de gastos. Esse instrumento existe? Qual seria?

Não existe. (Esses novos instrumentos) são exatamente fórmulas para poder gastar mais, em outras palavras. É o que eles chamam de “ter mais flexibilidade”. Flexibilidade (no teto) significa gastar mais. Um exemplo concreto: se fala em abrir exceção e tirar do teto os investimentos. Mas o caminho não é esse. A partir do momento em que se abre espaço para tirar os investimentos, você está tirando espaço para o crescimento de despesas obrigatórias. O que é necessário, na realidade, é outra coisa. É respeito ao teto, fazer a reforma administrativa para abrir espaço para os investimentos. Não só investimentos em infraestrutura, mas investimento no social, como, aliás, fizemos no estado de São Paulo. Fizemos uma reforma administrativa rigorosa. E o que aconteceu? Entramos o ano de 2022 com R\$ 53 bilhões em caixa. Então, o estado, no momento, está executando oito mil obras e, ao mesmo tempo, fazendo programas sociais, como bolsa do povo, vale-gás, em nível estadual, e tudo isso com respeito ao teto de gastos. Portanto, é exatamente o contrário. Temos, sim, que fazer as reformas, principalmente, a administrativa. Também fizemos uma reforma fiscal e uma reforma da Previdência

rigorosa (no estado). E, no governo federal, o que tem que ser feito é a reforma administrativa e tocar em frente a reforma tributária que está no Congresso. Mas não a reforma tributária apenas com o Imposto de Renda, mas uma reforma tributária ampla, tal qual foi apresentada pelos estados, por unanimidade. Com isso, sim, será aberto espaço no teto para poder fazer investimentos em infraestrutura e no social. E, ao mesmo tempo, você restaura a credibilidade para que os investimentos privados voltem e o país possa crescer, atraindo recursos internacionais. Hoje, existe muita liquidez no mundo, mas que, numa situação fiscal de incerteza, (o dinheiro) não vem para o Brasil. Temos de criar condições para os empresários nacionais se sentirem com mais confiança para aplicar recursos e investir. Esse é o caminho, de respeito ao teto de gastos e de fazer as reformas administrativa e tributária.

As mudanças feitas pelo governo no ano passado no teto de gastos, alterando a metodologia do cálculo do limite, não prejudicam a credibilidade desse mecanismo? Além disso, ao pedalar os precatórios, o governo criou uma dívida adicional enorme, que ainda não sabemos o tamanho... Esse monte de chaminés, não desestruturou o teto?

Não desestruturou o teto. Desestruturou a política fiscal. Não vamos confundir a desestruturação da política fiscal com a do teto de gastos. Alguém me perguntou em um evento: ‘Mas, com tudo isso que o governo está falando, o senhor não acha que desmoralizou o teto de gastos?’ Eu disse: ‘Não. Desmoralizou a política

fiscal’. O teto de gastos continua com a mesma força. Agora, evidentemente, a política fiscal precisa respeitar o teto de gastos. Isso é que é o fundamental.

O governo está comemorando o forte crescimento da arrecadação, dizendo que a política fiscal está no caminho certo, da consolidação, mas o que vemos é que muito do resultado positivo que se tem visto é por conta da inflação. Política fiscal beneficiada por uma inflação alta é consistente?

Não é consistente. Essa foi a política fiscal que tivemos durante todo o pior período da economia brasileira, o da hiperinflação, quando o custo de vida chegou a atingir 2.000% ao ano. Essa era a forma de financiamento do governo. Mas isso desorganizou a economia e o país, como um todo, sofreu com isso. A situação também foi ruim em 2015 e 2016, quando nós tivemos, isoladamente, uma inflação elevada diminuindo o déficit público. Só que o país entrou em recessão. Em resumo: uma inflação elevada leva a uma recessão, e não resolve o problema.

E acaba criando uma obra de ficção. Tão logo a realidade cruel chega ou a inflação cai, vamos ver o desastre, como ocorreu com os bancos que viviam de receita inflacionária e quebraram lá atrás...

Exatamente. Mas a sociedade e o país como um todo já estão pagando o preço da inflação alta. Esse é o problema. O que eu acho é que a realidade é ruim. A inflação mascara, de um lado, as contas públicas, porque inflaciona exatamente a receita. Mas, obviamente, acontece isso como resultado da

alta nos preços. Inflacionando os preços, atinge aquilo que a população consome. Então prejudica o consumo e o padrão de vida das famílias. Em última análise, desorganiza a economia. Isso é que é relevante. A inflação tem essa característica perversa de desorganizar a economia. Então, nós temos que levar todos esses fatores em conta com muito cuidado, porque tudo isso significa que o efeito líquido, o efeito final, real, da inflação é negativo para todos. E o fato é que a população, com isso, perde. E perde muito.

No que o governo está errando na questão da inflação? O Banco Central promoveu o maior arrocho que já se viu na taxa de juros desde o início do regime de metas de inflação, em 1999. De março de 2021 até esta semana, os juros devem subir mais de 10 pontos percentuais, de 2% para 12,75% ao ano. Por que a inflação não está caindo?

Porque o Banco Central está sozinho no combate à inflação. Está fazendo a contração monetária, subindo a taxa de juros, mas, ao mesmo tempo, está havendo uma expansão fiscal. Isso é contraditório, porque você tem duas forças, de um lado, a política monetária contractionista tentando segurar um pouco a inflação, e, do outro lado, uma política fiscal expansionista. Essas duas forças tendem a se anular. Então, é importante que exista uma consistência, isto é, a política monetária e a política fiscal atuem na mesma direção, como fizemos, por exemplo, em 2016 e 2017, quando tínhamos uma inflação elevada e recessão. O Banco Central aplicou uma política rigorosa, mas, com o teto de gastos, a expectativa de

inflação caiu rapidamente, e isso, obviamente, fez com que se avistasse, aí sim, a queda da taxa de juros.

O senhor falou que o governo desmoralizou a política fiscal atual. Isso é resultado do populismo?

Sim. É exatamente isso. Num momento em que se faz essas coisas todas, como mexer no teto de gastos, mudar o período de verificação de inflação para o cálculo do limite da regra, tudo isso leva a esse efeito. O teto de gastos deixa de apresentar resultados.

O governo, agora, faz expansão fiscal do lado da receita, reduzindo imposto, já que a arrecadação bate recordes. Quais os riscos dessa política?

Os riscos são claros, porque é exatamente o que acontece, em termos clássicos, com inflação elevada. Tivemos tudo isso durante a hiperinflação, e que o Brasil viveu foi um dos piores momentos ao longo da história, na década de 1980, quando tivemos inflações elevadíssimas que, evidentemente, inflacionaram a receita. E o governo, levando isso em conta, começa a gastar os recursos provenientes da inflação. Isso agudiza o processo. O que o governo tem que fazer é o contrário. Tem que respeitar o teto, e, com isso, permitir que o Banco Central controle a inflação, e as receitas inflacionárias, evidentemente, vão cair. Por outro lado, o respeito ao teto permite um bom equilíbrio orçamentário e, o mais importante, os investimentos em infraestrutura e no social. Com as reformas tributária e administrativa e a economia organizada, temos condições de ter um avanço nos investimentos privados e no crescimento do país.

CB MKT/Divulgação



Flexibilidade (no teto) significa gastar mais. Um exemplo concreto: fala-se em abrir exceção e tirar do teto os investimentos. Mas o caminho não é esse”

O Banco Central está sozinho no combate à inflação. Está fazendo a contração monetária, subindo a taxa de juros, mas, ao mesmo tempo, está havendo uma expansão fiscal”